

## Tales Faria

### Em risco de “confusão cognitiva”, Bolsonaro pode manipular arma?

Provocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou a seguinte explicação sobre o fato de a polícia ter encontrado uma arma sua no carro de um militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI):

“As medicações psiquiátricas que vinham sendo ministradas ao petionário [Jair Bolsonaro], capazes de afetar sua cognição — e que, inclusive, foram determinantes no episódio do rompimento da tornozelira eletrônica —, levaram sua equipe de segurança, sem seu conhecimento prévio, a retirar o percussor da arma, tornando-a inoperante.”

É uma explicação no mínimo estranha. Se Bolsonaro está sob efeito de medicações psiquiátricas “capazes de afetar sua cognição”. Ele não devia estar mexendo numa arma de fogo. Os próprios advogados dão a entender que foi por estar sob efeito de medicamentos assim que ele resolveu adulterar a tornozelira eletrônica com um ferro de solda.

Então fizeram bem os seguranças em retirar a tal peça da arma. Para quem não sabe, um percussor (também chamado de percutor ou agulha) é uma peça mecânica essencial abrigada pelo ferrolho móvel na parte superior da pistola Glock 9mm, que é puxado para causar a detonação.

Segundo a defesa, o ex-presidente não sabia da retirada da peça e, por isso, o sargento do Exército Estácio Leite da Silva Filho, que atua na sua segurança pessoal (ex-chefes de stado têm direito a quatro seguranças pessoais), estava levando a pistola para o conserto quando foi detido numa blitz.

Bolsonaro, ainda segundo a defesa, notou que a arma não funcionava “pelo simples acionamento do ferrolho e sem qualquer necessidade de disparo”.

Aqui vale perguntar novamente: por que Bolsonaro acionou o ferrolho? Um argumento usado pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para convencer Alexandre de Moraes a permitir a prisão domiciliar foi o de que, em casa, ele teria sempre alguém a vigiá-lo.

Digamos que os tais medicamentos tivessem causando algum distúrbio — como, segundo os advogados, pode ter ocorrido no caso da tornozelira —, então era o caso de ter alguém ao lado do ex-presidente, vigiando-o.

Mas digamos que os medicamentos não causaram qualquer distúrbio. Vale, então, perguntar novamente: por que ele puxou o ferrolho?

Os advogados argumentaram ao STF que a manipulação da arma não teve “qualquer relação com a proximidade do término do período de prisão domiciliar humanitária”.

Aí eles tentam responder a uma pergunta explicitada por Alexandre de Moraes: há relação entre o conserto da arma e a proximidade do fim do período de prisão domiciliar, nesta quinta-feira, 25? É uma pergunta interessante, essa deixada no ar pelo relator do processo que condenou Bolsonaro: o que ele queria fazer com a pistola?

Tudo indica que ficaremos sem resposta. Mas há uma pergunta que Moraes terá que, ele próprio, responder: pode Bolsonaro manipular armas estando sob risco de “confusão cognitiva”?

## Fernando Molica

### Dona Marta e o fim das UPPs

No início de dezembro de 2008, em um almoço de trabalho no Palácio Laranjeiras, Sérgio Cabral, governador do Rio, fez uma declaração bombástica: “Acabou o tráfico no Dona Marta”. Dita para os dois jornalistas convidados — eu e o diretor de redação de O DIA, Alexandre Freeland —, a frase virou destaque na coluna que eu produzia e manchete do jornal.

O anúncio de Cabral antecipava o que viria ser batizado de UPP, Unidade de Polícia Pacificadora. Uma iniciativa baseada no óbvio: favelas deixariam de ser alvo de operações eventuais, responsáveis por muitas baixas e poucos resultados, e, como as demais áreas da cidade, teriam policiamento permanente.

Cabral explicou que a experiência fora iniciada no morro de Botafogo pelas configurações específicas da comunidade — pequena para os padrões cariocas, cerca de cinco mil habitantes — e com apenas duas entradas, uma por baixo e outra pelo alto. Obstáculos naturais e muros impediam sua expansão para as laterais.

O fato de ficar na Zona Sul era outro atrativo para a implantação da nova proposta de policiamento. Área mais rica da cidade e que concentra o fluxo de turistas, serviria de boa vitrine para a novidade — em 1996, Michel Jackson gravara um clipe na favela, que, lá de cima, oferece vista deslumbrante da Baía de Guanabara.

Havia outro componente simbólico. Foi lá que, em 1987, estourara a primeira guerra entre quadri-lhas rivais de traficantes ocorrida fora de bairros mais pobres. O confronto entre Zaca e Cabeludo ocupou o noticiário por vários dias, inaugurou um

tipo de cobertura jornalística específica, que incluiu entrevistas com os protagonistas da guerra.

A repercussão da novidade foi tão boa que o governo inventou uma sigla (UPP) e transformou o improvisado em programa. Os tiroteios acabaram, a criminalidade diminuiu. A lógica do extermínio daria lugar à do patrulhamento permanente; as UPPs não se propunham a acabar com o tráfico de drogas — objetivo ilusório, na favela ou no asfalto —, buscavam interromper a lógica do domínio territorial que leva à compra, porte e uso de armas pesadas, estimula a guerra, provoca mortes e incentiva a corrupção de agentes do Estado.

O maior problema do projeto de polícia de proximidade foi, talvez, o fato de ter dado certo em muito pouco tempo. A inauguração em série de UPPs virou ativo político e eleitoral, a ausência de um planejamento mais consistente permitiu que traficantes migrassem para comunidades não beneficiadas pelo programa, também houve falta de investimentos sociais. Além disso, a pacificação de favelas contrariou interesses dos que, fora do morro, lucram com a violência.

Tantos anos depois, as UPPs viraram uma sigla esmaecida, o estado voltou a fazer operações improdutivas, que matam, promovem o caos e procuram colar em policiais e governantes o ilusório carimbo de lutadores implacáveis contra o crime. A mobilização de ontem visava cumprir 44 mandados de prisão: seis suspeitos foram presos, houve pânico, aulas foram suspensas e um trabalhador que estava num ônibus tomou um tiro na perna. Hoje, o comércio de drogas deverá funcionar normalmente no morro.

## EDITORIAL

### Inverno exige mais do que cobertores

O inverno começou oficialmente no domingo e, com ele, chegam as madrugadas geladas que transformam as ruas em um ambiente ainda mais hostil para quem não tem para onde ir. Enquanto grande parte da população busca abrigo dentro de casa, milhares de pessoas passam as noites expostas ao frio, à chuva e ao vento. Para muitos, sobreviver ao inverno é um desafio diário.

Em Campinas, estima-se que cerca de 1.700 pessoas estejam em situação de rua, segundo os levantamentos mais recentes da Prefeitura e da Fundação FEAC. O número reflete uma realidade que vem crescendo nos últimos anos e que não pode ser ignorada. Por trás das estatísticas existem histórias marcadas pela perda de vínculos familiares, desemprego, dependência química, problemas de saúde mental e outras vulnerabilidades.

Quando as temperaturas caem, o risco aumenta. Todos os anos, cidades brasileiras registram mortes associadas ao frio. Em muitos casos, essas vítimas sequer são identificadas. Partem sem nome, sem família por perto e, frequentemente, sem que a sociedade perceba. São vidas que desaparecem em silêncio, longe dos holofotes e das estatísticas que costumam mobilizar a opinião pública.

Diante desse cenário, as ações anunciadas pela Prefeitura de Campinas para enfrentar eventos climáticos extremos merecem atenção. O pacote inclui medidas como a

criação de refúgios climáticos, ampliação de espaços de acolhimento, instalação de bebedouros públicos e integração entre diferentes setores da administração. Embora muitas iniciativas tenham como foco as ondas de calor, elas também representam uma oportunidade para fortalecer a proteção das pessoas mais vulneráveis durante períodos de frio intenso.

Mas nenhuma política pública será suficiente sem um olhar permanente para quem vive à margem. O inverno expõe uma realidade que permanece durante todo o ano. A falta de moradia, acesso à saúde, oportunidades de trabalho e assistência social não desaparece quando as temperaturas voltam a subir.

Por isso, além das ações emergenciais, é necessário fortalecer programas de acolhimento, ampliar abordagens sociais e garantir que os serviços públicos cheguem a quem mais precisa. A participação da sociedade também é fundamental, seja por meio de campanhas de doação, trabalho voluntário ou simples gestos de solidariedade.

O inverno é uma estação passageira. A vulnerabilidade social, infelizmente, não. Que as baixas temperaturas sirvam de alerta para uma questão que exige atenção durante todo o ano. Porque nenhuma cidade pode se considerar verdadeiramente desenvolvida enquanto parte de sua população continua enfrentando o frio, a fome e o abandono a céu aberto.

## Opinião do leitor

### Saúde precária

A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o bem-estar da população, mas ainda enfrenta desafios importantes em diversas regiões. Problemas como demora no atendimento, falta de profissionais, estrutura insuficiente e dificuldade de acesso a exames e tratamentos acabam gerando insatisfação entre os usuários

Alter Abrahão  
Divinópolis - MG

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)  
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil  
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872  
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200  
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.